

VERSÃO PRELIMINAR DO RELATÓRIO DO GRUPO
DE TRABALHO ENCARRREGADO PELO 1º ENCONTRO
NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DOCENTES DE ELA-
BORAR O DOCUMENTO PRELIMINAR DE UM PROJE-
TO ALTERNATIVO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Rio de Janeiro, junho de 1979

INDICE

0. INTRODUÇÃO
1. BALANÇO CRÍTICO DA REFORMA DE 1968
2. PERSPECTIVAS GOVERNAMENTAIS, HOJE
3. LINHAS GERAIS DO PROJETO ALTERNATIVO
- 3.1 AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA
- 3.2 PARTICIPAÇÃO NO GOVERNO DA UNIVERSIDADE
- 3.3 POLÍTICA ACADÊMICA
 - Ensino e Pesquisa
 - Pessoal

Obs. Solicita-se que se faça uma rigorosa leitura crítica deste rascunho, adicionando-se obser-
vações minuciosas.

INTRODUÇÃO

0.1 - Reunidas em São Paulo, na segunda quinzena de fevereiro do corrente ano, para debater os seus problemas e intercambiar experiências, 32 associações de docentes universitários de todo o país e 10 comissões de organização de associações docentes, decidiram delegar às associações docentes do Rio de Janeiro, presentes ao Iº Encontro Nacional, a atribuição de preparar um documento preliminar básico de encaminhamento de Projeto Alternativo de Reforma Universitária. Esse documento, de cuja elaboração participariam representantes das associações de docentes existentes no Rio de Janeiro e personalidades da área educacional, residentes na antiga capital federal, seria encaminhado às associações docentes de todo o país e debatido na assembleia da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Fortaleza (Ceará), em reunião das referidas associações, antecipadamente organizada pela Coordenação Nacional das Associações Docentes, sediada em São Paulo e composta por representantes das associações de docentes de todo o Estado. A partir do encontro de Fortaleza e tendo-se por diretriz o que ali ficasse decidido, pelas associações presentes, de flagrar-se-ia, nas universidades, em âmbito nacional, o processo de discussão e encaminhamento de anteprojeto/de Reforma Universitária, envolvendo administradores, professores, alunos e, onde houvesse condições, funcionários. Espe-

rava-se que por ocasião da realização do IIº Encontro Nacional de Associações Docentes, em fevereiro de 1.980, a comunidade universitária brasileira, pela primeira vez em sua longa história, pudesse dispor de instrumento capaz de reformar, efetivamente, a universidade brasileira, a partir dos interesses dos seus reais integrantes e da sociedade civil.

0.2 - Na segunda quinzena de março, as duas associações de docentes universitários vigentes no município do Rio de Janeiro (Associação de Docentes da PUC e Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense) convocaram membros das comissões pró-formação de associações de docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, presentes ao Encontro de São Paulo, para, juntos, elaborarem critérios para a formação do Grupo de Trabalho encarregado da confecção do documento preliminar do anteprojeto alternativo de reforma universitária. No espírito que presidira à decisão tomada em São Paulo, os representantes, oficiais e oficiosos, das associações assinaladas, levando em conta a representatividade institucional e a representatividade prático-teórica, compuseram o Grupo de Trabalho. Criando condições infra-estruturais mínimas, com o apoio material das duas associações de docentes, em funcionamento, o Grupo de Trabalho -ou Comissão- iniciou as suas atividades, que constaram, até a presente data das seguintes iniciativas: a) Seis reuniões plenárias, b) duas reuniões do grupo destacado para a redação do documento, c) elaboração e encaminhamento de três comunicações às associações congêneres, de todo o país, d) contatos informais com a Coordenação Nacional, sediada em São Paulo. O Grupo de Trabalho prevê ainda, antes da reunião de Fortaleza, a realização de mais uma reunião plenária e pelo menos uma assembléia, ao nível de cada associação de docentes ora existentes no Rio, para conhecimento e discussão do documento preliminar elaborado. É propósito do Grupo de Trabalho encaminhar, antes do tér

mino do mês de junho, o resultado dos seus trabalhos, mimeo grafado, a todas as associações docentes do país, com o objetivo de fundamentar, previamente, as discussões a serem travadas, em Fortaleza, no decorrer da assembléia geral da S.B.P.C.

1. BALANÇO CRÍTICO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

1.1 - Os apologistas da reforma de 1.968 costumam destacar os seguintes aspectos positivos da iniciativa governamental: a) flexibilidade dos cursos superiores e sua reunião em um mesmo espaço físico, b) desenvolvimento da idéia dos CAMPI universitários, c) participação de toda a comunidade universitária na vida acadêmica da instituição, e) flexibilidade do ensino, f) melhoria do nível científico dos professores e pesquisadores, g) reequipamento de laboratórios e de instalações dos CAMPI universitários, h) extensão da universidade à comunidade e maior entrosamento entre a universidade e a empresa (1). A visão apologética da reforma de 1.968, por outro lado, rebate as críticas eventuais com o argumento de que as restrições devem ser debitadas na conta do "a fazer".

1.2 - A Lei 5.540, de 28 de novembro de 1.968, que reestrutura o sistema universitário brasileiro, no plano das intenções, procurou garantir algumas idéias avançadas, há muito defendidas por setores expressivos e representativos da comunidade universitária brasileira. Destaque-se, por exemplo, as idéias de articulação dos sistemas de ensino de 2º e 3º graus, a extinção da cátedra vitalícia, a flexibilidade dos cursos, a introdução do ciclo básico, o regime de tempo contínuo para o trabalho docente e a institucionalização da pós-graduação. Outras reivindicações tradicionais do corpo docente, como a da participação dos professores e alunos, no governo da universidade, também mereceram atenção. No entanto, como ~~o~~ foi suficientemente salientado, ~~desde~~ ^{desde} a aprovação da lei de reestruturação, o caráter outorgado desta reforma consentida e o formalismo diluidor do conteúdo inovador de certas idéias, poucas esperanças alimentaram quanto à eficácia do projeto.

1.3 - Do ponto de vista administrativo, a reforma de 1.968 procurou enquadrar as relações de trabalho, no interior da universidade, à nova sistemática que presidiria ao modelo econômico-social implantado no país e juridicamente consagrado com a Lei de Reforma Administrativa. Este modelo, como se sabe, ao mesmo tempo em que procurava arrear certos entraves que dificultavam o processo de acumulação capitalista e a consolidação de um sistema empresarial que impunha, sem reboços, o domínio do capital sobre o trabalho, visava a estimular o desenvolvimento de uma administração pública mais moderna, isto é, mais eficaz sob o ponto de vista da racionalidade lucrativa. A predominância do regime de trabalho sob a forma prevista na C.L.T. e a extensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço constituem exemplos típicos da nova situação.

1.4 - Do ponto de vista acadêmico, a reestruturação de 1.968 procurou desconcentrar o sistema de ensino, em todos os sentidos, desde a desconcentração da cátedra até a desconcentração das faculdades. Visou ainda a introduzir uma nova estrutura de administração do ensino, com a criação dos departamentos, inspirada no princípio de otimização na utilização dos recursos materiais e humanos. Finalmente, introduziu os ciclos básico e profissional, com o sistema de créditos e estimulou a criação de órgãos colegiados, de assessoramento às deliberações acadêmicas.

1.5 - Do ponto de vista da produção científica, a reestruturação de 1.968, com evidentes propósitos de repercussão administrativa, voltados para novas formas de relações de trabalho, decretou a indissociabilidade do ensino e da pesquisa científica, sugerindo a dinamização da produção científica e a vinculação da universidade à comunidade, na prestação de serviços que implicariam no estímulo à pesquisa.

1.6 - Do ponto de vista político, esta reforma que se pretendia apolítica e que fora encaminhada por técnicos de alto gabarito, fortaleceu o processo de centralização do poder autoritário vigente, jungindo, pela forma de escolha, os reitores ao poder central e aos órgãos de segurança. Abriu, igualmente, mecanismos que visavam a contenção do movimento estudantil e das atividades docentes, de crítica ou contestação ao sistema do poder.

1.7 - Existe tempo suficiente, hoje, para se avaliar o comportamento da reforma universitária de 1.968, seja em relação aos objetivos explícitos perseguidos, seja em relação aos alvos implícitos nela contidos. As avaliações oficiais tem variado de conformidade com as conjunturas nacionais e as posições, diversificadas, assumidas pelos seus autores, no sistema educacional. Dificilmente, contudo, da parte dos administradores do sistema de ensino de terceiro grau, teria endosso o documento aprovado pelos integrantes do IIº Encontro de Reitores das Universidades Públicas e Diretores de Estabelecimentos Públicos Isolados de Ensino Superior, realizado cinco anos após a promulgação da reforma. Ali, os reitores e os diretores reafirmavam de público o "seu apoio integral à Reforma Universitária como vem sendo implantada no País e o seu aplauso ao Ministério da Educação e Cultura pelas medidas tomadas, que possibilitaram a real implantação da Reforma em todo o Sistema Federal!"

1.8 - O documento aprovado por cerca de 130 reitores e dirigentes de instituições de ensino superior, no encerramento da 28ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada em Belo Horizonte, na última semana de janeiro do corrente ano, não deixa dúvidas quanto à existência de profunda insatisfação com os rumos tomados pela universidade reformada em 1.968. O relatório elaborado pelo representante do partido do governo na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada a examinar a situação do ensino superior no país, também é sintomático. Reconhecendo a

"crise qualitativa" que o ensino superior atravessa, espanta-se com a "inadequação dos profissionais formados pelas universidades, em termos de exigências de mercado de trabalho", concluindo que "na realidade, a universidade brasileira não apresenta condições de formar os recursos humanos que o processo de desenvolvimento do País está exigindo". Os pronunciamentos recentes dos atuais Ministro e ^{SECRETÁRIO} ~~Ministro~~ do Ensino superior evidenciam, enfaticamente, a falência da universidade reformada.

1.9 - Deixando de lado a crítica interna, procedida pelos agentes do sistema educacional, poder-se-ia realizar a crítica verdadeira, isto é, a crítica que dá conta, não apenas descritiva, da falência da reforma de 1.968, como aponta para as suas causas, sugerindo novas alternativas realmente inovadoras. Antes de tudo, como premissa básica da crítica verdadeira coloca-se a idéia da articulação orgânica inseparável existente entre a Universidade, a Sociedade e o Estado. Se se constitui lugar comum quase a afirmação desta visão, se ela aparece em todos os projetos "reformadores" da universidade brasileira, inclusive no de 1.968, aparece e ocupa em lugar idealizado, abstrato, fora do espaço e do tempo sociais. Raramente ~~se~~ considera a sociedade como a sociedade de homens concretos, divididos no processo de divisão social do trabalho, díspares em relação à propriedade e, justamente por isso, enquadrados, forjados, conduzidos, limitados por uma organização política, o Estado. No bojo deste bloco determinado pela sociedade e pelo Estado, no ~~processo~~ fluxo da interação entre ambos, é que a parece a ^{UNIVERSIDADE} ~~social~~ com sua estrutura, seu conteúdo, suas funções.

1.10 - Se é certo que a Universidade, como instituição social, reflete o modo geral de relações sociais, é inegável que ela contribui, por vezes decisivamente, para a reprodução deste modo, imprimindo-lhe um certo cunho, o caráter que resulta da sua função específica no conjunto da sociedade, da sua atividade educacional e reprodutora de conhecimentos. Neste sentido é que se entende a universidade como "um foco original de alteração da estrutura da sociedade", o qual se dinamiza e alcança seus objetivos na medida em que seja implementado por setores que queiram as transformações e sejam capazes de realizá-la, ao mesmo tempo, na universidade e na sociedade.

1.11 - A Universidade brasileira reproduz as condições de autoritarismo vigente no plano nacional; insere-se, de maneira articu -

lada, no modelo econômico-político-social vigente, cumprindo, não obstante frequentes contradições, funções específicas, coerentes com o modelo. Neste sentido, a crítica da Reforma de 1.968 é uma introdução à crítica do modelo econômico-político-social vigente em 1.968. Esta crítica, por outro lado, se nos leva à superação da universidade reformada, conduz-nos inelutavelmente à superação do modelo. Sendo o berço natural desta crítica, assegurando-a, a universidade realiza-se, assegurando a sua transformação. Se a crítica verdadeira é uma crítica teórica do real, a crítica verdadeira que pretendemos fazer da universidade reformada deve partir, e chegar, das condições reais existentes na universidade brasileira de hoje, captando as suas contradições, apreendendo a sua substância, presente na estrutura interna do poder.

1.12 - entendido o processo geral da crítica verdadeira da universidade brasileira, poderíamos levantar as nossas críticas parciais à universidade reformada, não somente à sua estrutura administrativo-jurídica, mas ao seu conteúdo. A flexibilidade dos cursos e sua uniao em um mesmo espaço? "Dez anos de reforma não conseguiram vencer a dispersão das escolas e dos cursos isolados. Uma espécie de fragmentação atravessa a Universidade de alto a baixo, produzindo um corpo de mil faces desiguais, que só o domínio da burocracia parece manter unidas" (3). Desenvolvimento dos campi universitários? A ampliação do espaço físico das universidades ou a construção de instalações, por vezes luxuosas, tem um significado secundário; a história da ampliação dos campi facilmente poderia converter-se na história absurda da universidade brasileira; e a ampliação dos campi não correspondeu "um condizente aumento de recursos financeiros para fazer frente às novas necessidades e encargos" (4) Participação de toda a comunidade universitária na vida acadêmica da instituição? O secretário de Ensino Superior do MEC, professor Guilherme de La Penha, confirmando uma realidade que todos conhecemos, propõe, junto com a extinção dos decretos-leis 477 e 228 -decretos que falam alto sobre o nível de participação! - "a instituição de eleições livres dentro das organizações dos professores e uma participação mais real nos órgãos colegiados". E esclarece que "os professores não têm formas legais de representação dentro das instituições e sua participação nos órgãos colegiados não chega a caracterizar um sistema livre de escolha, uma vez que existem órgãos colegiados com 90% dos seus membros indicados pelo próprio reitor" (5) Flexibilidade do ensino? O relator da CPI

sobre a situação do ensino superior no país declarou que os aspectos negativos da Reforma Universitária refletem-se principalmente no sistema de créditos, na excessiva liberalidade com que se pretende ordenar os planos de estudos de cada aluno, do que resulta uma série de problemas para a administração acadêmica e para o próprio estudante, como os choques de horário, a insuficiência de docentes para atender a toda a demanda diversificada, a eliminação do espírito de equipe ou de coleguismo, resultante do exagerado individualismo que é estimulado pelo sistema de matrículas por disciplinas" (6). Melhoria do nível científico dos professores e pesquisadores? "A produção universitária hoje se faz, sobretudo, para que uma pessoa pule de um para outro estágio na escala de salário. Mas o produto não se infiltra na própria Universidade e não penetra no metabolismo da sociedade com essa universidade... Se examinarmos o que tem sido a Universidade nesses últimos tempos, veremos que essa idéia de produzir conhecimentos não é mais que uma ideologia. São pouquíssimos os centros universitários que realmente estão gerando conhecimentos. Mais ainda: poucos deles estão reproduzindo um conhecimento que está ao alcance de quase todos nós. O que temos é mais um ritual de ensino, muitas vezes vazio" (7) extensão da universidade à comunidade e maior entrosamento entre a universidade e a empresa? A maioria das universidades brasileiras, pela sua estruturação, pelas suas limitações, pela incipiência da vida comunitária, mal sustenta as suas atividades rotineiras, quanto mais voltar-se para o atendimento da comunidade! As que o fazem, geralmente voltam-se para a comunidade dos empresários e nunca para a comunidade popular, ^{PARA} os sindicatos, por exemplo. No que diz respeito às empresas, há raros exemplos de união frutífera, do ponto de vista da ciência e do ensino, entre universidade e empresa, no país.

2. PERSPECTIVAS GOVERNAMENTAIS, HOJE

2.1 - Tem sido amplamente diagnosticada a crise do modelo econômico-político-social brasileiro, ^{TAMBÉM} acelerada nos últimos anos; ~~mas~~ é fato reconhecidamente aceito a crise da universidade brasileira. Mas enquanto o pensamento oficial dominante, dentro da visão geral que orienta o seu comportamento, procura minimizar as dimensões da crise, reduzindo-a a efeitos da situação internacional ou a desvios setoriais suscetíveis de correção intra-sistêmica, o pensamento crítico radical interpreta-a como desarticulação estrutural. Mesmo que a crítica radical não conduza forçosamente a prog-

nóstico de falência irremediável do sistema vigente, formando ~~um~~ consenso, ela, sem dúvida, gerou fundas esperanças em camadas marginalizadas do sistema do poder, propiciando considerável no bilização nacional. Reagindo a esses desafios a legadores, os de tentores do poder adotaram novas táticas de ação governamental, para preservar o status quo. No campo educacional, tradicionalmente crítico, a mobilização dos estudantes e o processo de organização dos professores, em associações e sindicatos, suscitou a formação de uma atitude governamental agressiva, de conotação populista. Rompendo com o estilo das administrações anteriores, os dirigentes do Ministério da Educação e Cultura revelam extrema preocupação com a comunidade universitária e anunciam o evento de medidas de repercussão, capazes de configurar uma "nova universidade", com a reforma completada.

2.2 - Nota-se, no entanto, pelo noticiário da imprensa e pelas medidas em andamento, a continuidade da política educacional go vernamental, com o propósito de consolidar os princípios básicos da reforma de 1.968. Essa continuidade deverá encaminhar-se no sentido da aplicação dos conceitos fundamentais dos proje - tos que informaram a atuação governamental, no sentido de incrementar a interferência dos interesses imediatos da iniciativa privada na vida universitária, levando a aprofundar a concepção subjacente à política educacional, dos últimos quinze anos, que encara a universidade como sistema empresarial.

2.3 - O Grupo de Trabalho que elaborou, de cima para baixo, a reforma universitária de 1.968 privilegiou o papel da universidade como formadora de ~~de~~ tecnólogos para as funções da produção industrial e como criadora de tecnologia, não obstante os limites reais existentes para o cumprimento desta última função, sintetizados na dependência tecnológica da economia brasileira. Embora a prática da pesquisa tecnológica nas universidades ^{cria} ~~cria~~ riais tenha carreado massa crítica de pesquisadores, capazes, hoje, de desenvolver projetos de criação tecnológica nacionais, ela não levou à consecução dos objetivos que a fundamentaram, por inexistirem condições sociais e políticas ~~capazes~~ capazes de assegurá-los.

2.4 - Ao mesmo tempo, a pressão das camadas médias urbanas no sentido de terem abertas possibilidades de ascensão social, levou o governo a facilitar a expansão da rede particular de ensino superior, em áreas que representassem rentabilidade, como as de ciências humanas e sociais. Essa posição foi determinada pela razão

^{LÓGICA}
existência do ~~modelo~~ modelo adotado, que reduziria os recursos destinados ao terciário, particularmente à educação, para canalizá-los ^{PARA} áreas fundamentais ~~para~~ a acumulação capitalista.

2.5 - As consequências desta política levaram à busca de recursos alternativos para alimentar o sistema educacional, crescente, e as necessidades do desenvolvimento de uma tecnologia subalterna, mas indispensável. Daí a criação de mecanismos de captação de recursos próprios, pelas universidades, junto à iniciativa privada e daí a urgência de dar andamento à Lei 5.540 naquela parte referente à possibilidade de transformação das universidades em autarquias de regime especial. Os projetos em andamento, ~~elaborados~~ elaborados na gestão Geisel e assumidos, não obstante a mudança de estilo, pelo governo atual, dispõem sobre a regulamentação das universidades oficiais sob o regime jurídico de autarquias de regime especial, particularmente no que tange às autonomias financeira, administrativa, didático-científica e disciplinar.

2.6 - Os anteprojetos de leis, que não passaram pelo crivo dos debates da comunidade universitária, encerram questões que remetem diretamente à privatização do ensino superior e das universidades oficiais, à modificação da carreira do magistério das universidades regulamentadas, no que diz respeito ao recrutamento, demissão e promoção funcional dos docentes e, finalmente, aos procedimentos e critérios adotados para a escolha dos dirigentes universitários. É lícito prever-se que as questões levantadas, sujeitas evidentemente a variáveis políticas, ainda não definitivamente colocadas, tenderão, a prevalecer a posição governamental, a esvaziar didático e cientificamente a universidade brasileira, a ampliar as desigualdades salariais entres os professores, sujeitando-os ao poder ou à empresa, e a reforçar a estrutura interna política da universidade, que consagra o mandonismo dos reitores.

2.7 - O recurso aos antiquados modelos educacionais formulados, há cerca de 20 anos, por funcionários do Departamento de Estado norte americano, como Rudolph Atcon, não qualifica a imaginação criadora dos novos dirigentes educacionais brasileiros. A privatização e o empresariamento das universidades brasileiras públicas, se acenam com vantagens capazes de fascinar a círculos incautos do professorado, dará ênfase, por exemplo, ao sistema de convênio. Mas quem decidirá sobre convênios de que resultem obrigações específicas? Quais as implicações desses convênios sobre as necessidades reais de ensino e pesquisa? Em que medida tais convênios por seu conteúdo científico e/ou acadêmico estarão voltados para

3.1.1 - Vemos a autonomia universitária não como um simples direito que a universidade requer para si, mas a vemos como condição básica para que a universidade se constitua em centro criador, produtor e difusor de saber, a serviço da coletividade, dos interesses da maioria do povo brasileiro. ~~O conceito de~~ O conceito de autonomia universitária está ligado à concepção do papel ideológico e político da universidade como laboratório de teses e proposições quanto às diversas questões nacionais, no aspecto tecnológico, econômico, social, político. A verdadeira autonomia está ligada à concepção de uma universidade que pense os problemas nacionais autonomamente, ou seja, com independência em relação aos interesses gerais ou conjunturais da política governamental. Nesta ordem de idéias, a autonomia dependeria da democratização interna da universidade, o que pressupõe a existência de uma ordem democrática que permita a livre circulação de idéias, a liberdade de pensamento, expressão e de crítica. [Não cabe à universidade o papel limitado de formar elites dirigentes, capazes, por si próprias, desgarradas do povo, de promover o desenvolvimento nacional. A Universidade não pode restringir-se à ~~restrição~~ prestação de serviços, deteriorados, de resto, por tendências tecnocráticas que atendem os interesses restritos de grupos privilegiados, ignorando as necessidades e aspirações fundamentais da sociedade.] A autonomia universitária ^{vão} é um fim em si mesma, mas condição essencial para que a Universidade se constitua em centro de reflexão, elaboração de conhecimentos e consciência crítica. A autonomia universitária não deverá ser delimitada por um interesse coletivo abstrato, respaldada num "Estado de equilíbrio, equidistante" em relação aos interesses sociais, mas os seus limites serão justamente os interesses nacionais e populares. Não reivindicamos autonomia para os reitores, para os mandatários do poder universitário, mas para a comunidade universitária.

3.1.2 - A autonomia universitária não se definirá como absolutização do poder universitário, como competência ilimitada para fazer o que se desejar. Não é, também, a capacidade de utilizar sua potencialidade institucional, a serviço de interesses ocasionais, mas a utilização dessa potencialidade como instrumento ativo do bem geral. Não poderemos, portanto, definir autonomia universitária fora do contexto situacional concreto dos interesses nacionais mais amplos e dos interesses do conhecimento e da cultura no plano humano universal.. Neste particular, a autonomia universitária confunde-se e expressa-se na estrutura e no funcionamento do

poder de decisão, na universidade. Em última análise, a questão fundamental consiste em estabelecer quem manda o que, sobre quem. O problema do processo de escolha dos dirigentes e da constituição dos órgãos de governo da universidade assume prioridade e constitui-se na questão inicial, a ser solucionada prioritariamente. A questão da autonomia universitária, na medida em que envolve o conceito e a prática do poder de decisão, é uma questão essencialmente política, remetendo-nos à questão central da escolha dos dirigentes e à constituição dos órgãos de governo da Universidade.

3.2 - PARTICIPAÇÃO NO GOVERNO DA UNIVERSIDADE

3.2.1 - De maneira geral, o governo da Universidade repousa em ~~três~~ ^{órgãos executivos} ~~que são a~~ Reitoria, as direções dos centros e unidades, as chefias dos departamentos acadêmicos e dos departamentos administrativos, e órgãos deliberativos e normativos encarnados num colegiado, que são o Conselho Universitário, o colegiado da unidade e o colegiado de curso.

~~3.2.2 - O Conselho Universitário, presidido pelo Reitor, constitui-se de um vice-Reitor, ex-Reitores, diretores dos centros (escolhidos pelo Reitor), diretores de unidades (escolhidos pelo Ministro da Educação, em lista sextupla, votada no colegiado da unidade), quatro representantes dos professores, escolhidos por Centro e eleitos por votação direta, representantes dos estudantes, em número correspondente a 1/5 dos membros do Conselho, eleitos em votação direta, pelo corpo discente, quatro representantes da comunidade (escolhidos pelo Reitor).~~

3.2.2 - O Reitor intervém diretamente na constituição dos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa, compostos majoritariamente por ocupantes de cargos executivos, de confiança do Reitor. Esta situação propicia, através do aliciamento ou da cooptação, manipulação permanente dos Conselhos, por parte do Reitor, desfigurando o processo democrático de tomada de decisões.

3.2.3 - O colegiado da unidade é o único órgão democraticamente constituído, mas detem um restrito poder decisório, facilmente identificável na análise dos Estatutos universitários, que atribuem aos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa as funções de "orientar", "elaborar", "fiscalizar", "julgar", "dedidir", etcl, enquanto os colegiados estão limitados a "aprovar", "propor" e "despachar".

3.2.4 - Deixando de lado os colegiados de cursos, que possuem atribuições meramente acadêmicas, vejamos o funcionamento dos

Os órgãos executivos da Universidade. O Reitor, poder central, executivo, fiscalizador e superintendente, é escolhido em lista sêxtupla, votada pelos Conselhos e escolhido pelo Presidente da República, ouvidos os órgãos de segurança e informações e as forças políticas dominantes.

3.2.5 - Os diretores dos centros universitários são diretamente nomeados pelo Reitor; os diretores de unidades, escolhidos pelo Ministro da Educação; os chefes dos departamentos, em lista triplíce votada restritamente pelos professores de carreira, de cada departamento, são escolhidos pelo Reitor; os chefes de departamentos administrativos, finalmente, são escolhidos diretamente pelo Reitor.

3.2.6 - ~~Setor~~

Esta breve descrição da estrutura de poder de uma Universidade-tipo parece suficiente para demonstrar a escassa participação da comunidade acadêmica, quer setorialmente quer em geral, nas decisões relevantes na vida universitária.

Com se viu até ~~agora~~, cumpre-se em algumas instâncias um ritual eleitoral meramente ^{OPORTUNISTA} ~~de ocasião~~, no interior de um processo político manipulado ostensivamente pelo poder central, que retém em todos os casos a capacidade "legal" de escolher os eventuais detentores de ~~alguns~~ órgãos de direção. Na medida em que o sistema autoritário e centralizador de governo da nação como um todo se reflete e se reproduz nas instituições nacionais, a escolha de dirigentes é superdeterminada pelo grau de fidelidade, submissão ou compromisso com o condomínio central (o grupo no poder) e jamais pelas competências ou qualidades naturalmente exigidas para o bom desempenho de cargos e funções. As exceções obviamente existem, como sempre, para confirmar a regra.

3.2.7 ~~Abstração~~ pureza e isenção técnicas no processo de escolha de dirigentes em qualquer situação jamais é observada ou ^{PARA NENHUM} ~~mesmo~~ desejada, ~~seja qual for o regime de governo~~. Um componente político no processo está sempre presente. Toda a questão entretanto gira em torno do que se entende como "político": ~~o caso em questão, isto é~~, se ^{NOS} ~~ele~~ se refere ^{NOS} aos interesses grupais dos eventuais detentores de poder na universidade, ou se exprime ^{NOS} compromisso com uma "política" institucional, racionalmente proposta e defendida, e amparada consensualmente, ~~isto não~~ por uma parcela considerável da comunidade acadêmica.

3.2.8 θ que se observa atualmente é a situação descrita no primeiro caso, concentrando cada vez mais e em um número cada vez menor de pessoas o poder de decisão na universidade. Não obstante a aparente dispersão dos centros decisórios sugerida na organização político-administrativa da universidade, o que ocorre na verdade é uma mera delegação de tarefas mascarada numa ilusória delegação de poder. ~~Os~~ Os ocupantes de cargos executivos ou os órgãos colegiados, pelos vícios de estruturação já mencionados, não decidem autonomamente questões específicas de seu próprio nível administrativo mas apenas cumprem ou dão provimento ~~a tarefas~~, mecanicamente, a tarefas a eles atribuídas pela direção central (Reitoria), que por sua vez cumpre ou dá provimento a diretrizes emanadas do governo, via Ministério, Dasp, SNI, etc.

3.2.9
Não há conseqüentemente nenhuma atividade criativa nestes postos e não seria ~~marcante~~ caricatural dizer-se que seus ocupantes passam o tempo preenchendo quadrinhos em formulários, mapas, relatórios, etc, padronizados, rígidos, e intrinsecamente falsos. Seu espaço decisório é rigorosamente nulo. Toda a dinâmica administrativa universitária opera sob a forma arcaica de "petições", encaminhadas pelas instâncias menores e julgadas e atendidas, ou não, pelas instâncias superiores. Assim, questões relevantes com as referentes a pessoal, instalações, equipamentos, material de consumo, etc. são tratadas e resolvidas segundo este modelo centralizador e asfixiante. Tal sistemática político-administrativa gera conseqüências desastrosas, que se exteriorizam, de um lado, numa crônica incompetência operacional, resultante de sua própria lógica interna e de outro, no triunfo da mediocridade, única qualificação compatível com as limitações por ela imposta. Longe de se oporem ou mesmo ocorrerem paralelamente, estes dois aspectos cooperam entre si, potenciam-se mutuamente num processo circular interativo e explicam em grande parte a ~~extremamente~~ ^{de} baixa qualidade de ensino e pesquisa nas universidades.

3.2.10 -

Definindo então autonomia Universitária como a auto-gerência de sua especificidade, quer no plano externo, quer no interno, entendemos, de um lado, a Universidade livre de controles governamentais ou de entidade de qualquer espécie e de outro, seus vários setores livres de controle por parte da direção central (Reitoria). Quer dizer, a Universidade global, como parte da sociedade onde surge tem seus controles externos nos legítimos interesses dessa sociedade; os segmentos universitários, por sua vez, tem seus controles internos nos interesses da Universidade como um todo. Os primeiros só se definem numa prática socio-política democrática da sociedade em geral, os segundos só se revelam numa prática político-administrativa democrática da comunidade acadêmica.

3.3 - POLITICA ACADÊMICA

3.3.1 - Ensino e Pesquisa

3.3.1.1 - A pesquisa científica é o instrumento fundamental para a produção de conhecimentos, em todas as esferas do saber. Uma sociedade que não estimula a produção de conhecimentos está ameaçada de estiolamento e vive sob o signo da eterna dependência. A universidade brasileira, hoje, embora tenha acenado, em alguns momentos e em algumas áreas, com a perspectiva da pesquisa séria, continuada, independente de injunções menores, de caráter político ou institucional, não tem sido capaz de ampliar a pesquisa, em todos os campos do saber, nas áreas tecnológica, física e humana.

3.3.1.2 - Nenhuma pesquisa coerente desenvolve-se desvinculada dos apelos da realidade e independentemente das exigências da prática social. No caso específico brasileiro, a aceitação da dependência tecnológica e cultural, implícita ou explícita na política desenvolvida pelo Sistema do Poder vigente e imposta pela adoção de um modelo de desenvolvimento econômico-político-social subalternô, refletiram-se sobre o mundo científico. Marginalizando do processo de participação e decisão, os cientistas, ou submetendo a sua participação a compromentimentos inaceitáveis de ^{FIDELIDADE} ~~lealdade~~ político-ideológica. Mesmo em algumas esferas tecnológicas, onde recursos nacionais foram investidos com pesquisas universitárias, não se logrou ^{ARRAN} fixar condições estimulantes de trabalho, capazes de enriquecer a pesquisa criadora, pedagógica, nacional. A marginalização dos nossos físicos, que atuam nas universidades, no projeto de produção de energia nuclear, no país, talvez se constitua no caso mais dramático da marginalização referida.

3.3.1.3 - No interior das universidades, em virtude de perda da autonomia universitária, as decisões quanto aos destinos da instituição deslocaram-se para instâncias externas: as políticas empresariais determinantes do mercado, a política de pessoal, a fixação do número de vagas, as verbas exíguas e mal distribuídas, as tradições ideológicas. Sem rumos, sem autonomia, não conseguiu a universidade assumir uma posição que lhe permitisse ver na pesquisa científica uma questão de vida e morte. Tremidas pelas pressões e solicitações externas, as universidades foram incapazes de definir a sua linha de atuação, privilegiando a pesquisa, investindo a longo prazo, voltando-se para o aten-

dimento de uma problemática, nacional e popular, infensa a improvisações e casuismos imediatistas.

3.3.1.4 - A expansão do ensino superior, por outro lado, ^{QUE}ocorria de forma irresponsável, com a conivência ou a omissão do Governo, lançou nas costas dos docentes e dos pesquisadores una pesada carga de compromissos escolares, impossibilitando-lhes o desenvolvimento da pesquisa. Centuplicaram-se as vagas, decuplicaram-se as instalações físicas das universidades, mantiveram-se praticamente os mesmos quadros docentes.

3.3.1.5 - Enquanto centenas de quadros universitários experientes, em condições de iniciar o exercício da pesquisa e da investigação teórica, foram afastados das universidades, por motivos políticos, ampliava-se a demanda por vagas e recrutavam-se docentes despreparados para o ensino e para a pesquisa. Promessas de talentos que despontavam, recrutados indiscriminadamente pela máquina educacional, lançados às salas de aulas com cargas onerosas, obrigados a ministrar cursos diversos e complexos, por força das necessidades financeiras, perderam-se rapidamente na rotina, nas frotas acadêmicas, no cansaço, na desilusão. Em síntese: não se criaram as condições mínimas, em termos de recursos humanos, para o desenvolvimento da pesquisa, ao nível da universidade.

3.3.1.6 - Em algumas áreas e em alguns centros, excepcionalmente, obteve-se o desenvolvimento de uma linha de pesquisa. Rarissimamente, contudo, a pesquisa científica esteve intrinsecamente ligada às atividades do ensino, realizando o ideal da praxis científica e pedagógica.

3.3.1.7 - Assim, a interdisciplinariedade, no campo das investigações universitárias, manteve-se como aspiração jamais alcançada, contribuindo para ampliar a distância que separa o nosso país da comunidade internacional avançada. Num mundo crescentemente interdisciplinar, na esfera das ciências, ^{MANTENHO} ~~estava~~ ^{UMA} ~~uma~~ posição unidisciplinar, estéril.

3.3.2 - PESSOAL

3.3.2.1 - subordinada à nova política que presidia as relações de trabalho, subjugando de forma definitiva e cruel o trabalho ao capital, os trabalhadores nacionais às exigências do capitalismo internacional, a política de pessoal universitário, no país atingiu um nível insuportável de injustiça. Destruíram-se princípios tradicionais do nosso direito do trabalho, como a

isonomia salarial; afirmaram-se procedimentos discriminatórios para a remuneração de pessoal, contratando-se, no mesmo tempo, na mesma universidade, em cargos e com salários diferentes, do centes que dispunham da mesma qualificação; introduziram-se formas igorais de contratação do^o docentes que se introduziam na carreira universitária; semeou-se o descrédito e a desespe- rança entre aqueles que pretenderam um dia fazer uma carreira docente na universidade.

3.3.2.2 - Utilizando formas variadas de burla à legislação tra- balhista, institucionalizando o calote no tratamento dos docen- tes iniciantes, que usualmente trabalham sem receber, a univer- sidade brasileira refletiu fielmente as mazelas presentes nas re- lações sociais de trabalho em todo o país.

3.3.2.3 - Na adoção de níveis para as correções ou ajustamentos salariais, anuais, limitada pelo DMSF e órgãos congêneres, fi- éis à política governamental, a universidade brasileira deixava que, a cada ano, ^{caísse} deteriorasse o salário real dos seus ~~docentes~~ ^{docentes}. Várias vezes, sequer a correção estabelecida pe- los órgãos governamentais, para ajustar o salário à depreciação monetária, foi assegurada ao corpo docente, ^{INCLUSIVE} COMO OCORREU NESTA ANO.

3.3.2.4 - Imóvel e passiva, por força ^{INCLUSIVE} dos compromissos que os seus quadros dirigentes mantinham com o Sistema do Poder, a u- niversidade brasileira aceitava as imposições das cúpulas, no que dizia respeito também à política de pessoal. Ingresso, aces- so, remuneração, incentivos funcionais, regimes de trabalho, a- pensentadoria (requisitos e vantagens), obrigações e formas de a- tividades docentes, nenhum desses itens teve, nos últimos anos, tratamento coerente, justo, equânime.

3.3.2.5 - A elaboração de uma carreira docente e a conquista de condições humanas de trabalho são itens de uma pauta que ainda está por ser feita, para o encaminhamento dos problemas do docen- te universitário, no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - "Euro destaca benefícios da reforma", in "Estado de São Paulo", 29.11.1978
- 2 - "Seminário sobre o Sistema Universitário e a Sociedade Brasileira", José Henrique Santos, CNUB, Paraíba, 1978
- 4 - Iden, Relatório sobre o Financiamento do Sistema Universitário", relator Raulino Tra - montin
- 5 - "O Estado de São Paulo", 31.5.1979
- 6 - Relatório da CPI destinada a examinar a situação do ensino superior no Brasil, relator deputado João Pedro (ARENA, SP)
- 7 - "Seminário...", op. cit., José Arthur Giannotti
- 8 - "Estado de São Paulo", 13.5.1979